



JUNDIAÍ
PREFEITURA

GOVERNO

GUIA DE

FINANÇAS

5ª EDIÇÃO - 2021



SOBRE

O GUIA DE FINANÇAS

O ano de 2020 foi marcado no mundo todo pela pandemia da Covid-19. A crise sanitária abreviou a trajetória de vida de milhões de pessoas e causou profundas modificações na vida econômica e social em todo o planeta, que continuam em processo ainda hoje. Em Jundiáí, assim como em todas as administrações públicas do país, houve impactos tanto na arrecadação quanto na alocação dos recursos nas diversas áreas da despesa municipal e na forma de prestar os serviços públicos. A Prefeitura de Jundiáí buscou adequar-se o mais rapidamente à inusitada situação que se impôs ao longo de 2020, com o objetivo de manter ou adaptar o atendimento à população de forma segura e ainda suprir as novas e urgentes demandas decorrentes da pandemia, especialmente na área da saúde.

A edição 2021 deste **Guia das Finanças de Jundiáí**, já no seu quarto ano, apresenta o resultado dos impactos da pandemia nas receitas do município, divulgando, de forma clara, os números da arrecadação, inclusive dos valores recebidos dos governos Federal e Estadual a título de auxílio financeiro para este momento da crise sanitária.

O Guia mostra também como os recursos foram aplicados no município. Assim, o leitor poderá não apenas averiguar os efeitos de um ano atípico sobre as políticas públicas, mas poderá contar também com um material que lhe aponta toda a estrutura dos serviços públicos municipais disponíveis e os principais indicadores das áreas da educação, saúde, segurança e finanças.

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Prefeitura de Jundiáí

Estado de São Paulo

Unidade de Gestão de
Governos e Finanças

Programa de
Educação Fiscal

ELABORAÇÃO

Aequus Consultoria
Econômica e Sistemas

OUTUBRO/2021

SUMÁRIO

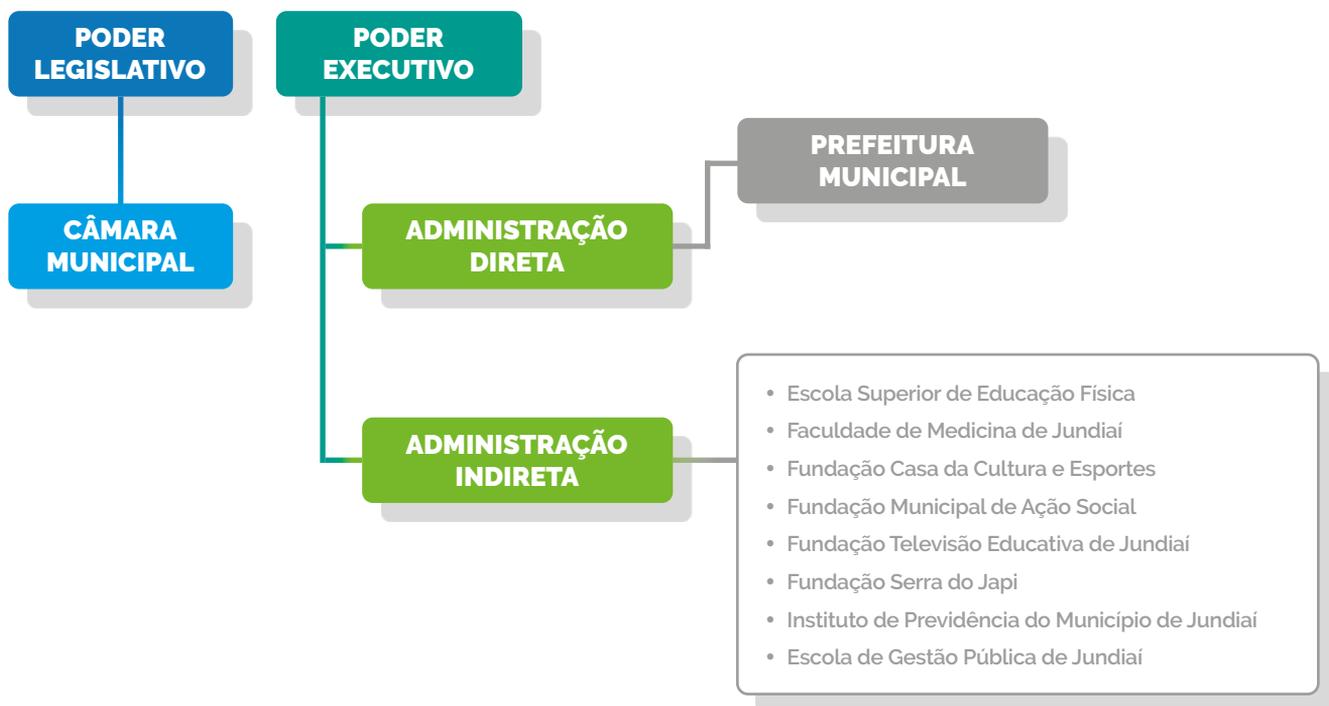
| | |
|---|-----------|
| 1. Estrutura da administração municipal..... | 3 |
| 2. O Plano Plurianual - PPA..... | 5 |
| 3. As receitas de Jundiáí em 2020..... | 7 |
| Saiba +..... | 11 |
| Instrumentos de transparência..... | 12 |
| Mapa dos equipamentos públicos disponíveis em Jundiáí..... | 14 |
| 4. Destinação dos recursos 2020..... | 16 |
| Saúde..... | 18 |
| Educação..... | 19 |
| Assistência social..... | 20 |
| Segurança..... | 21 |
| Conservação urbana..... | 22 |
| Esporte, lazer e cultura..... | 23 |
| Câmara Municipal..... | 24 |
| Investimentos..... | 24 |
| Pessoal..... | 25 |
| Dívida consolidada..... | 26 |

1. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A responsabilidade pela administração dos municípios brasileiros pertence ao Poder Executivo, composto pelas administrações direta e indireta, e ao Poder Legislativo, exercido pela Câmara Municipal.

As administrações direta e indireta, sob o comando do prefeito, devem prestar os serviços à população. A direta é integrada pelo gabinete do prefeito e pelas unidades de gestão. Já a indireta é executada por empresas públicas ou outras entidades que, em Jundiaí, é formada por oito entidades, conforme mostra o infográfico abaixo. Além delas, existem duas empresas de sociedade de economia mista nas quais a Prefeitura detém a participação majoritária nas ações. São elas a Companhia de Informática de Jundiaí S/A (Cijun) e a DAE S/A – Água e Esgoto. À Câmara Municipal cabe as funções de acompanhar, fiscalizar e regular os atos do Executivo, assim como propor e aprovar leis de interesse da cidade.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



A partir de 2017, a Prefeitura de Jundiaí mudou o seu modelo de administração, que deixou de ter a tradicional divisão das áreas em secretarias, para trabalhar com o conceito de Plataformas de Serviços. Neste novo formato, as unidades de gestão, bem como as entidades da administração indireta, são agrupadas por eixo de atuação. O objetivo da inovação é o de garantir uma melhor integração e gerenciamento das políticas públicas em cada um dos grandes eixos. Veja, no quadro a seguir, como são as Plataformas. Cada uma delas agrega as unidades de gestão, departamentos, coordenadorias, fundações, empresas e demais entidades afins.

PARA SABER MAIS SOBRE AS PLATAFORMAS DE SERVIÇOS, CONSULTE O SITE DA PREFEITURA:

<https://jundiai.sp.gov.br/governo/>

PREFEITURA

- *Prefeito*
- *Vice-prefeito*
- *Conselhos*

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

- *Esporte e lazer*
- *Promoção da Saúde*
- *Escola Superior de Educação Física (Esef)*
- *Faculdade de Medicina de Jundiaí*

EDUCAÇÃO E CULTURA

- *Cultura*
- *Educação*

GOVERNANÇA, FINANÇAS E TRANSPARÊNCIA

- *Administração e Gestão de Pessoas*
- *Casa Civil*
- *Governo e Finanças*
- *Inovação e Relação com o Cidadão*
- *Negócios Jurídicos e Cidadania*
- *Companhia de Informática de Jundiaí (Cijun)*
- *Escola de Gestão Pública (EGP)*
- *Instituto de Previdência do Município (Iprejun)*
- *Procon*
- *Fundação Escola TVTEC Jundiaí (FTVTEC)*
- *Controladoria Geral do Município*
- *Defesa Civil*
- *Gabinete de Gestão Integrada Municipal*
- *Ouvidoria*

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- *Infraestrutura e Serviços Públicos*
- *Planejamento Urbano e Meio Ambiente*
- *Mobilidade e Transporte*
- *Fundação Serra do Japi*
- *Departamento do Bem-Estar Animal*
- *Dae S/A*

INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO

- *Assistência e Desenvolvimento Social*
- *Fumas*
- *Fundo Social de Solidariedade (FUNSS)*

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLOGIA E EMPREGO

- *Agronegócio, Abastecimento e Turismo*
- *Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia*

SEGURANÇA MUNICIPAL E PROTEÇÃO DO CIDADÃO

- *Segurança Municipal*
- *Guarda Municipal*

2.

O PLANO PLURIANUAL – PPA

A elaboração do Plano Plurianual (PPA) é o primeiro passo do planejamento municipal. É quando se discutem e se definem as prioridades do governo, os programas e as ações para os próximos quatro anos (2022-2025). Todo município deve fazer o seu PPA no primeiro ano do mandato. Ele tem vigência a partir do ano seguinte até o final do primeiro ano do próximo mandato. Em Jundiá, a Prefeitura encaminhou o Projeto de Lei do PPA para a Câmara Municipal em 31 de agosto de 2021.¹

A preparação do PPA envolve todas as unidades de gestão do município que elencam os problemas existentes, levantam as demandas da população, revisam os atuais programas e ações para decidirem quais devem continuar ou não, ou como poderão ser modificados para se adequarem ao cenário atual e aos recursos financeiros previstos. Os programas e ações deverão estar alinhados com os objetivos estratégicos do governo e com os compromissos estabelecidos pela "Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (ODS), firmados pelo governo brasileiro com a Organização das Nações Unidas (ONU).

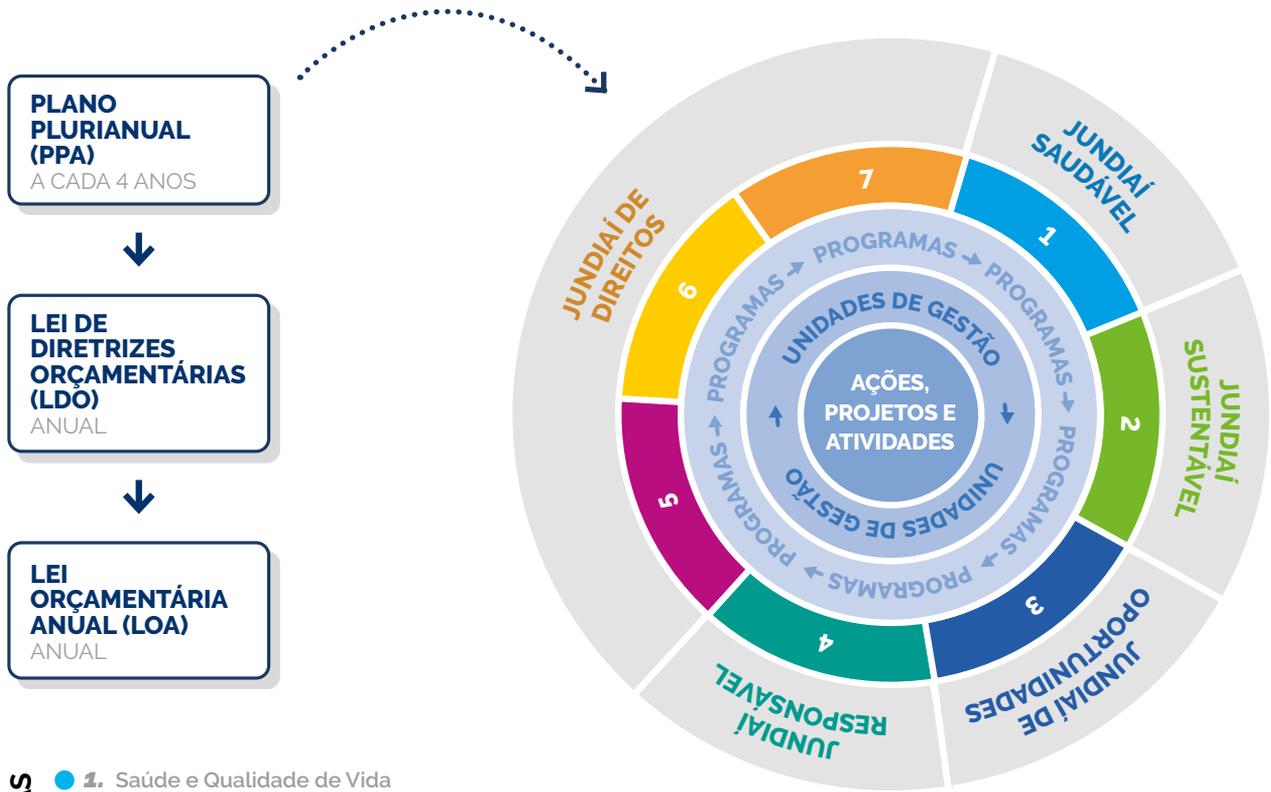
Na sequência, acontecem as consultas e audiências públicas. As lideranças sociais, os conselhos municipais e o comitê das crianças também são chamados a participarem. Na etapa seguinte, as propostas são consolidadas, a versão final do PPA é apresentada para a sociedade e é enviada para

a Câmara Municipal para que seja transformada em lei. A partir daí, o PPA servirá para orientar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define as metas programáticas para o próximo ano, e da Lei Orçamentária Anual, na qual ficam estabelecidos os recursos financeiros para viabilizar cada uma das ações previstas.

Só que o trabalho não acaba aí! Uma vez que em Jundiá o processo de planejamento é constante, todas as unidades de gestão da Prefeitura informam, bimestralmente, ao Sistema de Monitoramento de Metas do PPA sobre o andamento de cada ação que está sob sua responsabilidade. As unidades monitoram a evolução dos seus programas e ações por meio de indicadores, avaliam os seus resultados e propõem ajustes. Além disso, é necessário que haja uma coordenação de todo o processo de execução do PPA e dos orçamentos anuais para que o plano seja bem-sucedido. Em Jundiá, essa coordenação é feita pela Unidade de Gestão de Governo e Finanças (UGGF).

No PPA de Jundiá, representado na figura da página seguinte, denominada "Cadeia de Resultados", a camada mais externa apresenta os **macrodesafios** da gestão que foram concebidos ainda no Plano de Governo proposto pelo prefeito no processo eleitoral e que expressam os compromissos com o desenvolvimento e a transformação desejada pela sociedade.

¹ O PPA é uma obrigação prevista no artigo 165 da Constituição Federal para municípios, estados e União. Em Jundiá, o Decreto nº 29.886, de 8 de abril de 2021, estabelece os procedimentos para a elaboração do PPA 2022-2025.



- PLATAFORMAS**
- 1. Saúde e Qualidade de Vida
 - 2. Desenvolvimento Sustentável
 - 3. Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Emprego
 - 4. Governo, Finanças e Transparência
 - 5. Inclusão e Desenvolvimento Social
 - 6. Educação e Cultura
 - 7. Segurança Municipal e Proteção do Cidadão

Em sua segunda camada – o nível tático do processo de planejamento – o diagrama mostra as **Plataformas de Serviços**: um arranjo moderno da estrutura organizacional da administração municipal que garante a integração das áreas prestadoras dos serviços à população como educação, cultura, saúde, entre outras. Os **Programas de Governo**, por sua vez, estão atrelados às Plataformas de Serviços, formando a terceira camada do diagrama.

Por fim, nas camadas internas do diagrama, estão as **Ações** que se articulam em conjuntos e estão associadas diretamente aos Programas. Esse é o nível mais operacional da estrutura, onde as unidades de gestão são as responsáveis diretas pela execução das ações. É nesse ponto que o plano estratégico se conecta com o plano orçamentário, que definirá a alocação dos recursos da forma mais eficiente para o alcance dos resultados propostos.

PARA SABER MAIS E ACOMPANHAR O PPA DE JUNDIAÍ ACESSE

jundiai.sp.gov.br/ppa

3. AS RECEITAS DE JUNDIAÍ EM 2020

Em 2020, a receita total do Município de Jundiaí² foi de R\$ 2,39 bilhões, valor 1,9% abaixo do registrado no ano anterior³. Como consequência da crise sanitária e econômica que se abateu sobre o mundo, as principais receitas do município sentiram seus efeitos adversos. A transferência de ICMS feita pelo Governo Estadual, cifra que responde por 28,9% de toda a receita municipal, sofreu uma queda de 4%. A arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS), por sua vez, recuou 5%.

Houve redução também na entrada de recursos de operações de crédito, porém, o volume recebido ainda foi bastante significativo. Trata-se de receita extraordinária que entra nos cofres da Prefeitura quando são contratados financiamentos para projetos já planejados anteriormente.

A fim de compensar a esperada queda de receita em razão da pandemia da Covid-19, municípios de todo o país receberam os auxílios financeiros estabelecidos pelo Congresso Nacional e pelo Poder Executivo Federal. Em 2020, os montantes destinados a Jundiaí pela União foram de R\$ 111,6 milhões. Já o Governo do Estado direcionou R\$ 4,6 milhões. Juntos, os apoios chegaram a R\$ 116,2 milhões e corresponderam a 4,9% da receita total da cidade.

O quadro na página seguinte apresenta a composição dos apoios financeiros. A maior parte deles (60,2%, ou R\$ 70 milhões) teve destinação vinculada ao enfrentamento da pandemia, devendo ser aplicada nas áreas da saúde e da assistência social. Para a livre aplicação, como forma de compensar as perdas nas receitas, foram aportados 39,8%, ou R\$ 46,2 milhões do total desses auxílios.

Diante da extrema incerteza motivada pelo cenário da pandemia e, das projeções de grandes perdas na arrecadação, considerando também que os auxílios financeiros federais começaram a chegar efetivamente somente a partir de junho, a administração municipal de Jundiaí tomou uma série de medidas, implementadas já em março de 2020.

Entre elas constam cortes que variaram de 5% a 30% nos salários do prefeito, vice-prefeito, secretários, vereadores e cargos comissionados, determinação de redução de 20% nas contas de consumo de água, energia elétrica, telefonia, combustíveis e impressão, suspensão na realização de cursos, seminários ou treinamentos de servidores públicos, na aquisição de móveis e equipamentos, na antecipação de gratificações e outros benefícios aos servidores e na substituição de cargos de confiança e restrições ao pagamento de horas extras.

2 Administração municipal direta e indireta.

3 Esta publicação utiliza sempre as variações nominais, ou seja, não considera a taxa de inflação. Os valores da receita já estão deduzidos das contribuições ao Fundeb.

AUXÍLIOS FEDERAIS E ESTADUAIS RECEBIDOS POR JUNDIAÍ EM 2020

EM R\$

| Auxílios | Utilização | Total | Composição |
|---------------------------------------|--------------------|-----------------------|---------------|
| Lei 14.041 | Livre | 5.306.545,73 | 4,6% |
| LC 173 - parte I | Livre | 40.896.442,90 | 35,2% |
| LC 173 - parte II | Combate à Covid-19 | 6.071.178,01 | 5,2% |
| Portaria do Ministério da Saúde 1.666 | Combate à Covid-19 | 17.827.536,00 | 15,3% |
| Outros auxílios federais | Combate à Covid-19 | 41.469.548,35 | 35,7% |
| Auxílios estaduais | Combate à Covid-19 | 4.619.000,00 | 4,0% |
| Total | | 116.190.250,99 | 100,0% |

Houve também a interrupção da contratação de obras financiadas com recursos próprios e o adiamento da celebração de novos contratos de locação de imóveis ou veículos. A partir de junho, o pagamento das prestações relativas às operações de crédito devidas no exercício financeiro de 2020 foi postergado, em conformidade com a Lei Complementar nº 173/2020. Esta e a Lei Municipal nº 9.459/2020 autorizaram ainda a interrupção temporária dos pagamentos das contribuições previdenciárias patronais a partir de abril (competência de março) até janeiro (competência dezembro). No entanto, foi possível retomar os pagamentos das contribuições patronais em novembro (competência outubro).

Ficaram excluídas do plano de contenção as Unidades de Promoção da Saúde, de Assistência e Desenvolvimento Social e de Segurança Pública, assim como as contratações estritamente necessárias para o atendimento de serviços e obras essenciais à população e as obras já financiadas com recursos de operações de crédito.

Além das medidas para equilibrar as contas públicas, a administração municipal buscou amenizar a carga tributária sobre os contribuintes

com a postergação do pagamento da primeira parcela do ISS, para até 7 de junho de 2020, da segunda parcela, para até 7 de outubro de 2020, e das taxas, para até 10 de agosto de 2020. Suspendeu ainda, até 30 de outubro de 2020, os prazos nos processos administrativos de cobrança da dívida ativa, o encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial e a instauração de novos procedimentos de cobrança e responsabilização de contribuintes, salvo para evitar prescrição ou decadência do crédito.

Ao mesmo tempo, buscou-se fortalecer a economia com a criação de uma força-tarefa composta por todas as unidades de gestão. Coordenada pelo gestor da Unidade de Governo e Finanças, a força-tarefa elaborou um plano para a mitigação, recuperação e fortalecimento da economia local, com a participação de membros de entidades representativas da indústria, do comércio e dos serviços. Assim, em abril de 2020, foi lançado o programa Jundiaí Empreendedora para estimular o ambiente econômico, a atração de empresas e a geração de empregos. Como resultado, houve um crescimento de 18,6% no número de novas empresas cadastradas em Jundiaí, de julho de 2020 para julho de 2021.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE JUNDIAÍ

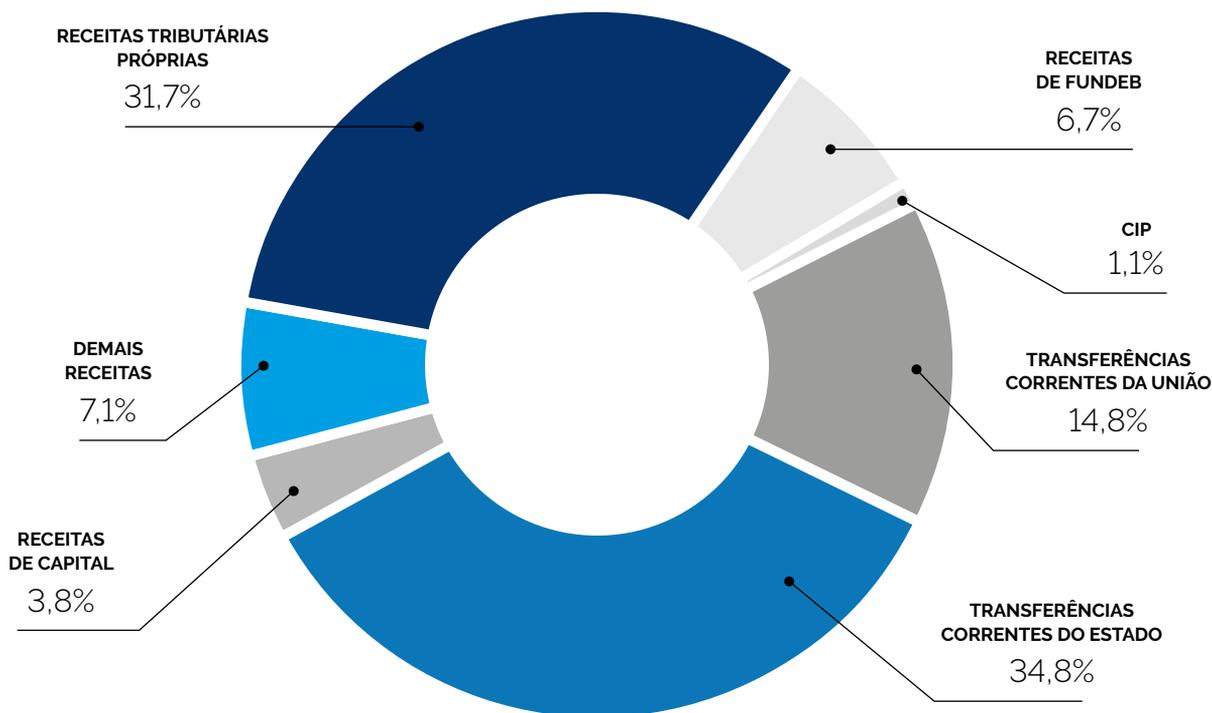
Assim como nos anos anteriores, as transferências correntes que Jundiaí recebe do Governo Estadual constituem-se na principal fonte de recursos do município, representando 34,8%⁴ da receita total em 2020. Isso se deve ao fato de Jundiaí ser uma cidade economicamente dinâmica, abrigando diversas indústrias, o que faz com que sua quota-parte na distribuição do ICMS estadual seja significativa. Somente a transferência do ICMS, de R\$ 690,8 milhões, correspondeu a 28,9% da receita total, o maior item da receita municipal.

As receitas arrecadadas diretamente pela Prefeitura são o segundo maior grupo de recursos, chegando a 31,7% da receita total em 2020. O ISS

é o principal tributo próprio de Jundiaí, com recolhimento de R\$ 272,4 milhões, representando 11,4% do somatório das receitas no ano.

As receitas de capital, por sua vez, são o grupo de menor participação no conjunto, com 3,8% em 2020. São recursos destinados exclusivamente aos investimentos, compostos por transferências de convênio da União e do Estado para obras ou compras de equipamentos, por valores obtidos via operações de crédito e venda de bens patrimoniais do município, como imóveis. Ressalte-se que o município aplica em investimentos não apenas as receitas de capital, mas também parte das receitas correntes.

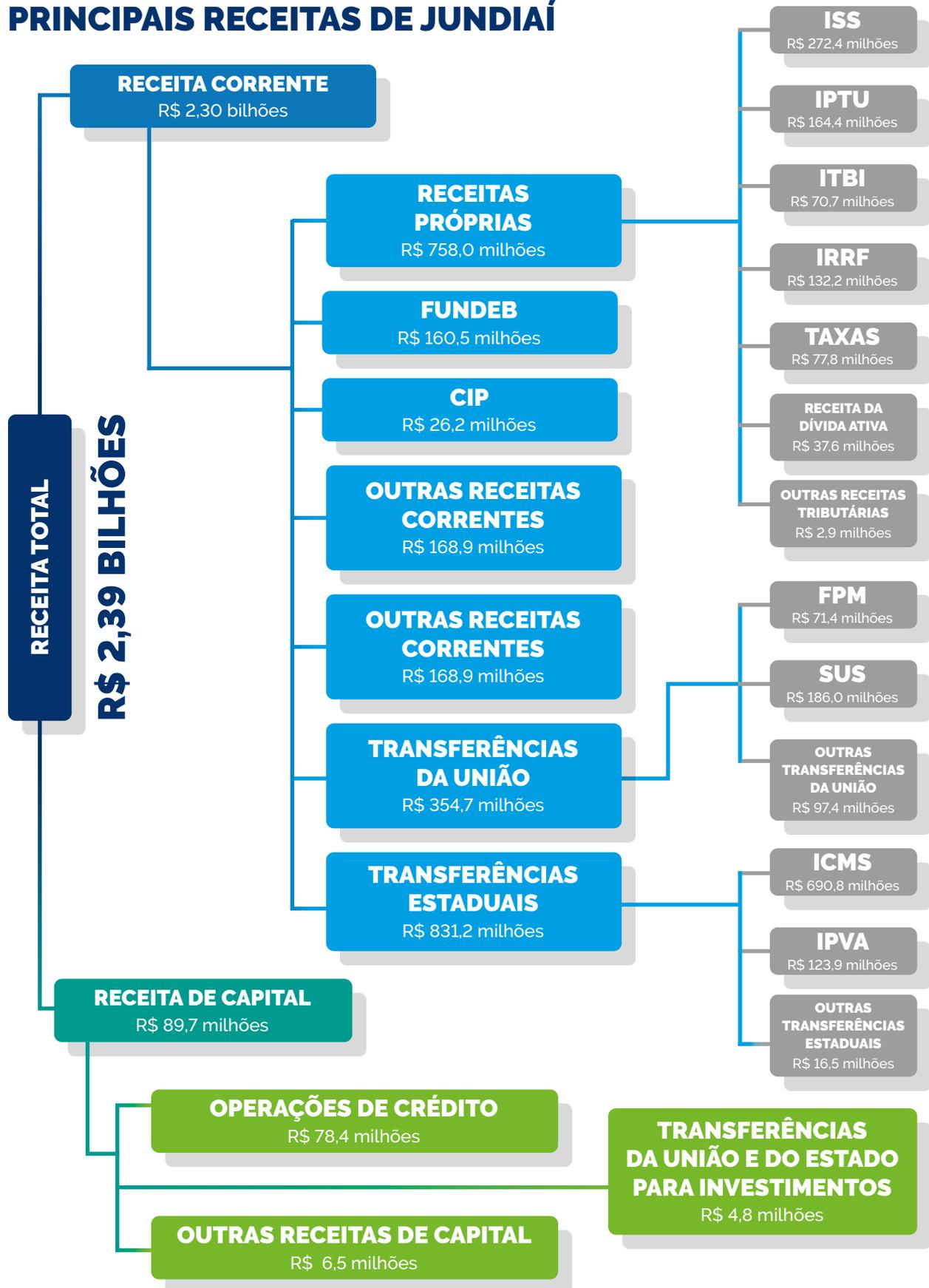
COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE JUNDIAÍ - 2020



Nota: estão incluídas as receitas intraorçamentárias, e as receitas total e corrente já estão deduzidas do Fundeb.

⁴ Sem descontar as contribuições do município para o Fundeb da receita de transferências.

PRINCIPAIS RECEITAS DE JUNDIAÍ



PRINCIPAIS RECEITAS PRÓPRIAS

ISS

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos. Os serviços sobre os quais incide o tributo estão listados na Lei Federal Complementar nº 116/2003.

IPTU

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte é o proprietário do imóvel. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. Em Jundiá, as alíquotas são de 2% sobre o valor venal do terreno sem edificação e de 1,5% sobre o valor venal do imóvel edificado.

ITBI

O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) incide sobre a transmissão de bens imóveis. Em Jundiá, a alíquota do ITBI é de 2,5% sobre o valor venal do imóvel ou sobre o valor da transação, o que for maior.

IRRF

O Imposto sobre a Renda é um tributo federal. No entanto, a parcela cobrada sobre todo rendimento pago pelas prefeituras, como salários, aposentadorias e pensões, é retida e contabilizada como receita do município, ou seja, não é repassada à União.

Taxas municipais

A arrecadação das taxas está vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas se dividem em dois grupos. O primeiro é composto pelas taxas relacionadas à prestação de serviços, cujas receitas destinam-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, como a Taxa de Limpeza Pública. O segundo é formado por taxas pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria ou concessão de licença.

CIP

A Contribuição de Iluminação Pública (CIP) é cobrada com a conta de energia elétrica, e sua receita só pode ser aplicada para custear o serviço de iluminação pública.

Receita da dívida ativa

É formada por um conjunto de débitos constituídos por pessoas físicas e jurídicas para com o poder público, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento. Portanto, a receita da dívida ativa corresponde ao recebimento desses créditos que os governos detêm contra terceiros.

PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

ICMS

A arrecadação do ICMS é de competência estadual. Segundo a Constituição Federal, os estados devem repassar 25% do recolhimento desse imposto aos seus respectivos municípios.

Para dividir a quota do ICMS entre as cidades de um Estado, são utilizados os Índices de Participação dos Municípios (IPMs), calculados anualmente de acordo com o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal, que determina que 75%, no mínimo, devem ser distribuídos segundo o valor adicionado de cada município e os 25% restantes, conforme critérios próprios adotados em cada Estado.

IPVA

A arrecadação do IPVA também é de competência dos governos estaduais. Do total recolhido desse imposto, 50% ficam com o Estado, e a outra metade é repassada ao município onde o veículo foi licenciado.

PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

FPM

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é formado por 24,5% da receita do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A cada 10 dias faz-se um crédito do FPM para os municípios de todo o Brasil, com base em critérios definidos em legislação que levam em conta a população.

SUS (União e estados)

O Sistema Único de Saúde (SUS) adota um modelo tripartite, com financiamento e integração das ações dos três níveis de governo: União, estados e municípios. As cidades devem aplicar, no mínimo, 15% da receita de IPTU, ITBI, ISS e IRRF e dos valores integrais das transferências constitucionais do FPM, ICMS, IPVA, ITR e IPI-Exportação e da compensação pela desoneração das exportações (LC nº 87/1986). Além disso, recebem recursos complementares da União e do Estado para aplicar no sistema municipal de saúde.

Fundeb

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é formado por 20% da receita estadual e municipal do ICMS, do IPVA, do IPI-Exportação, da compensação pela desoneração do ICMS das exportações (LC nº 87/1996), do ITCD, do ITR, do FPM e do FPE. O Fundo é de âmbito estadual, e cada município tem uma participação de acordo com o número de alunos matriculados em sua rede de ensino.

INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA

OBSERVATÓRIO JUNDIAÍ

O portal (<https://observatorio.jundiai.sp.gov.br/>) apresenta uma seleção de indicadores, de diversas fontes, consolidados por plataformas de serviços, que permitem ao cidadão acompanhar os avanços das políticas públicas municipais. Os indicadores estão agrupados nas seguintes plataformas:



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

No Portal da Transparência (<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/>), o cidadão tem acesso a informações sobre receitas, despesas, funcionalismo, dívidas, imóveis públicos e execução do Plano de Governo, entre tantos outros dados do município. O Portal atende às exigências contidas no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

PUBLICAÇÕES

A Prefeitura de Jundiaí também divulga suas ações e seus indicadores de forma didática e resumida através de publicações impressas e on-line voltadas para toda a população. Esse é o caso deste Guia de Finanças (<https://jundiai.sp.gov.br/guia-financas/>).





PORTAL CORONAVÍRUS

Em decorrência da disseminação do coronavírus, a Prefeitura montou um portal em seu site (<https://jundiai.sp.gov.br/coronavirus/>) com muitas informações sobre a evolução da Covid-19 no município, agendamento e calendário de vacinação, campanha solidária e notícias, entre outros assuntos relacionados à emergência sanitária.

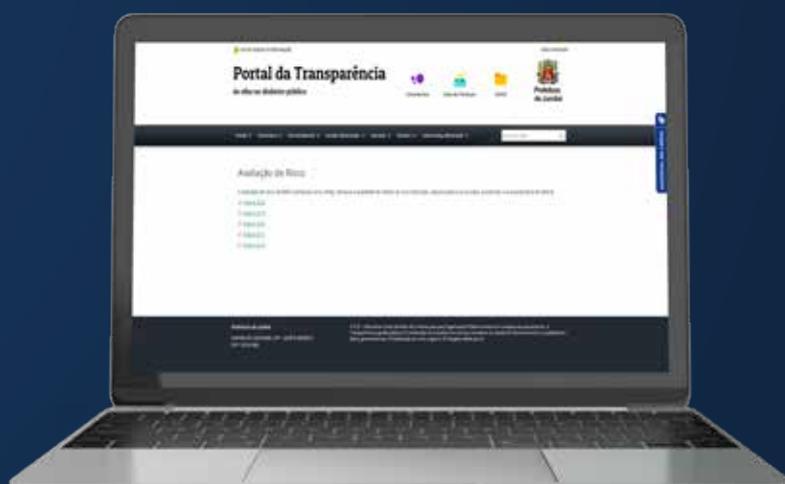


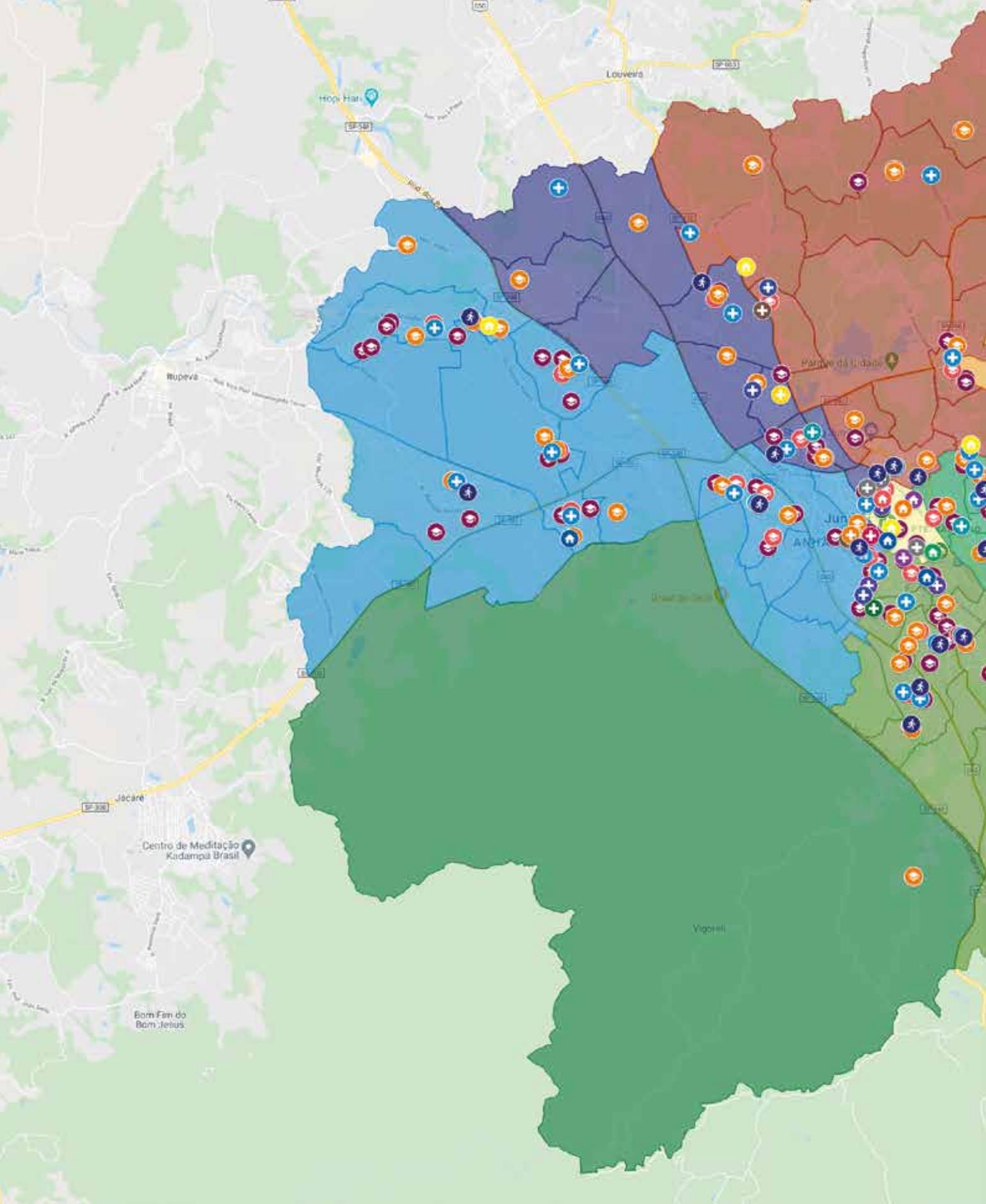
MONITOR DA ECONOMIA

É um portal bastante completo e atualizado que facilita as consultas sobre economia e finanças. Traz indicadores de inflação, taxas de juros, PIB, câmbio, desempenhos setoriais, nível de desemprego e arrecadação federal, estadual e municipal: <https://jundiai.sp.gov.br/coronavirus/panoramaeconomico/#indicadores>.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO – RATING

A avaliação de risco (*rating*) mensura a qualidade de crédito de uma instituição pública ou privada, projetando a sua expectativa de *default*, ou seja, de não honrar com os compromissos financeiros. No Portal da Transparência, estão disponibilizados os relatórios anuais realizados pela Austin Rating desde 2016. No último, emitido em junho de 2021, Jundiaí manteve-se com a nota "brAA estável" conquistada em 2020, estando a apenas dois níveis da nota máxima, que é a "brAAA": <https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/financeiro/avaliacao-de-risco/>.





MAPA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS EM JUNDIAÍ

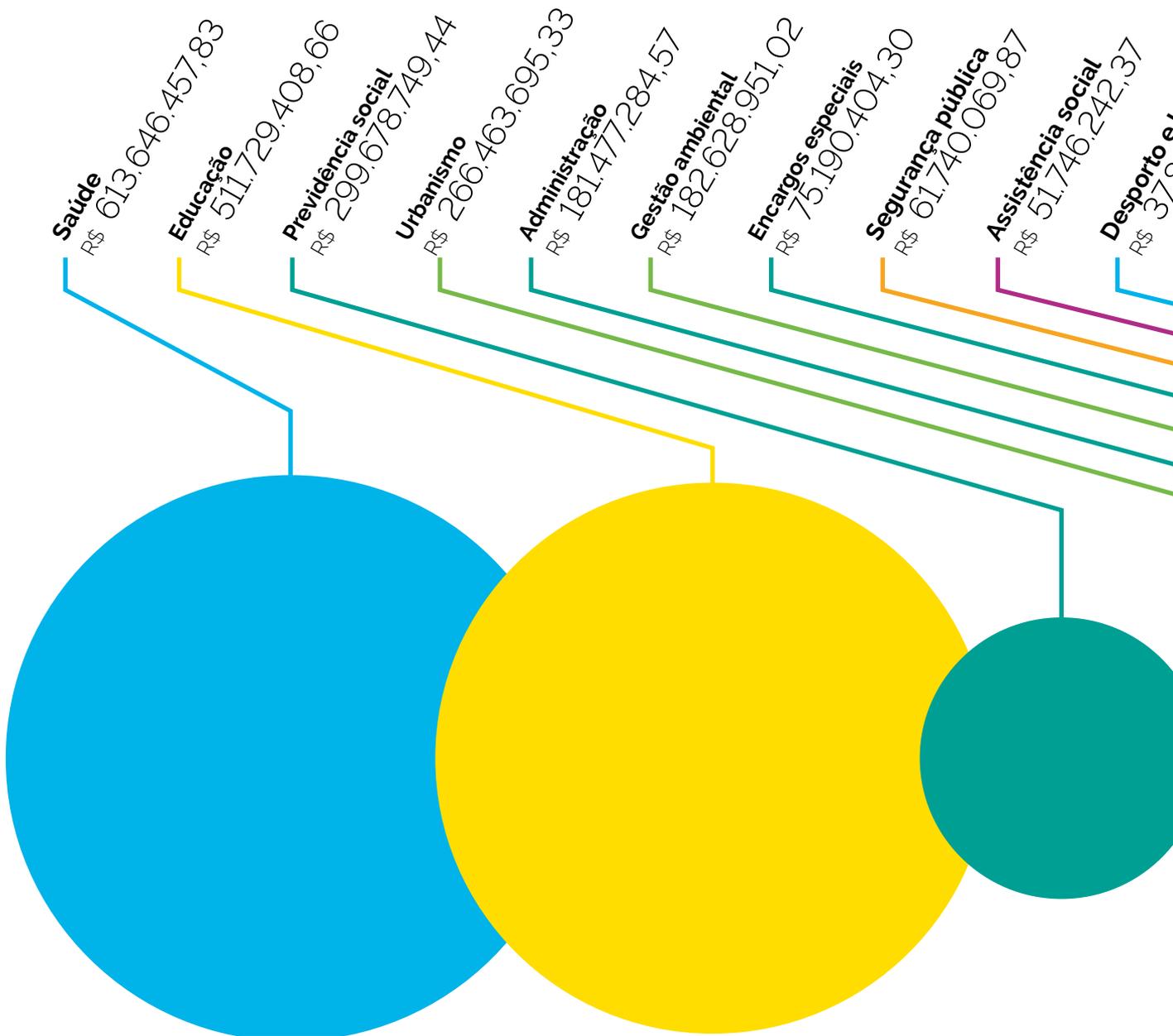


- | | |
|---|--|
|  CRECHE |  NIS |
|  PRÉ-ESCOLA |  NPAD |
|  INFANTIL |  PA |
|  FUNDAMENTAL |  Centro de Referência de Assistência Social |
|  CMEJA |  Conselho Tutelar |
|  UBS |  Cadastro Único |
|  USF |  Centro de Convivência do Idoso |
|  Ambulatório |  Centro de Referência Especializado da Assistência Social |
|  Hospital |  Centro de Referência Especializado da Assistência Social para população em situação de rua |
|  Policlínica |  Condomínio para idosos |
|  Vigilância |  Serviço de Família Acolhedora |
|  CAPS |  Complexo Educacional, Cultural e Esportivo |
|  CEO | |
|  CEREST | |
|  CRIJU | |
|  Centro de Convivência | |
|  Centro de Testagem | |
|  IML | |

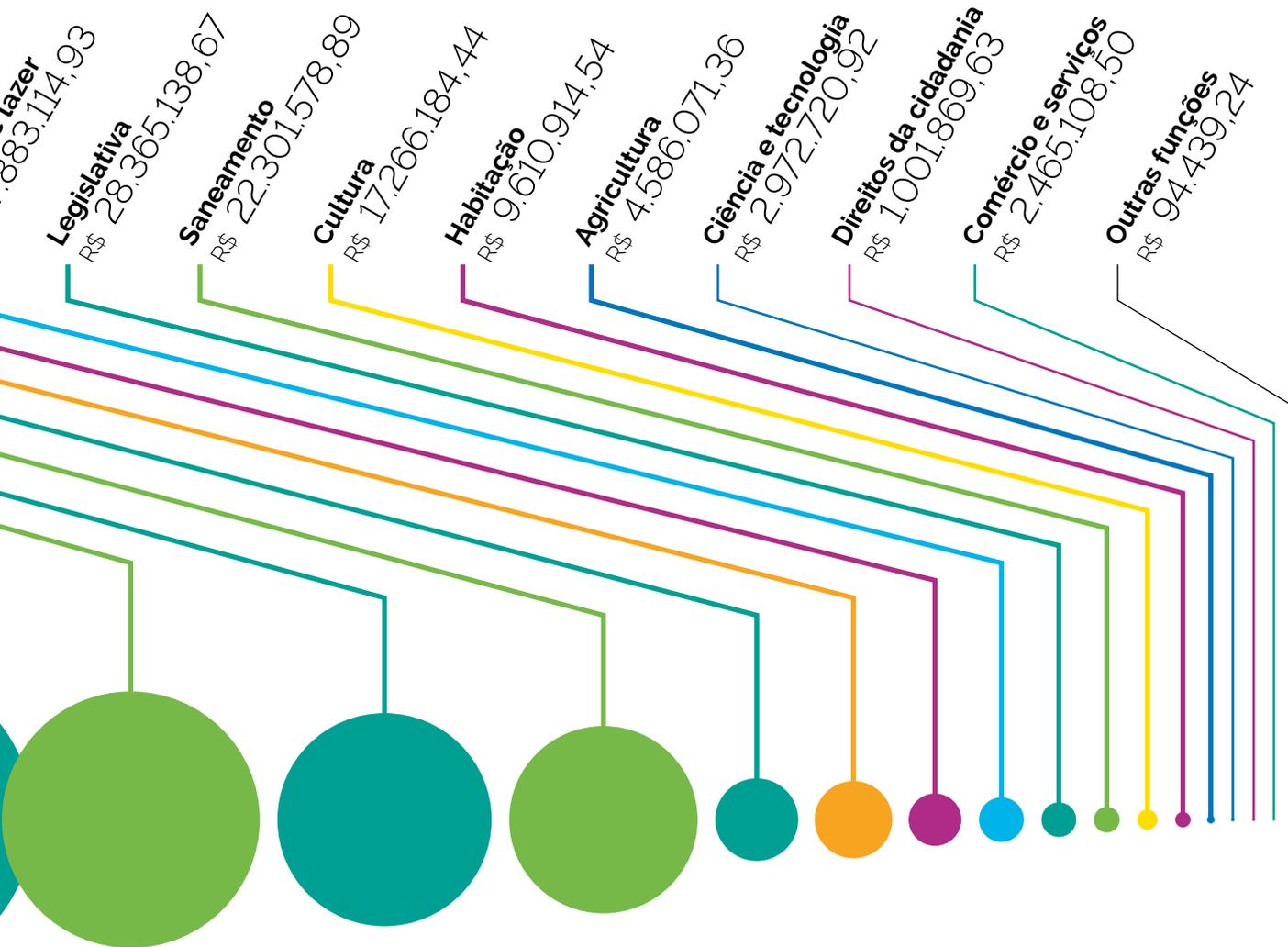
VISUALIZE O MAPA COM MAIS DETALHES



5. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 2020



- PLATAFORMAS**
- Governo, Finanças e Transparência
 - Desenvolvimento Sustentável
 - Educação e Cultura
 - Segurança Municipal e Proteção do Cidadão
 - Inclusão e Desenvolvimento Social
 - Saúde e Qualidade de Vida
 - Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Emprego



Total
R\$ 2.370.848.404,51

SAÚDE

Para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, foram injetados, em 2020, R\$ 50,3 milhões adicionais em saúde, elevando o total aplicado na área para **R\$ 613,6 milhões**. A saúde é a função que mais absorve os recursos públicos, tendo sido responsável por 25,9% de toda a despesa municipal do ano passado.

O esforço municipal para a manutenção da área pode ser observado pela aplicação acima do que exige a legislação federal. A Emenda Constitucional nº 29/2000 obriga os municípios a destinarem para a saúde o mínimo de 15% das receitas de seus impostos, incluídas as transferências que têm origem em impostos federais e estaduais. Jundiá tem injetado percentuais crescentes e muito acima do mínimo exigido. Em 2020, essa parcela foi de 26,16%.

Há também os recursos transferidos pela União e pelo Estado para a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS) em Jundiá, que em 2020 foram acrescidos dos auxílios para o combate à pandemia. Estes foram destinados para investimentos nas UTIs e enfermarias dos hospitais municipais, para equipar e viabilizar o funcionamento de até 272 leitos de Covid-19, para a estruturação



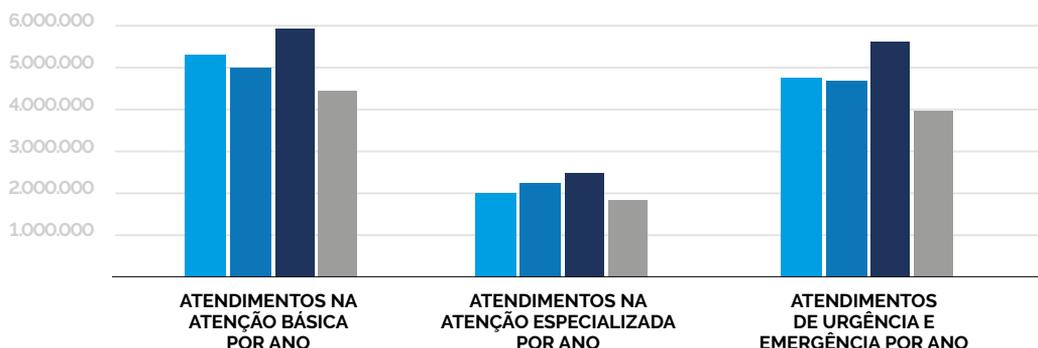
de quatro Unidades Sentinelas, para a contratação de 144 novos profissionais da saúde, para a ampliação de mais cinco equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), para a implantação do Ambulatório pós-Covid, para a compra de exames para detecção da Covid-19, para a aquisição de grandes quantidades de materiais, medicamentos, insumos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), além de inúmeras ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia, garantindo assistência integral e em tempo oportuno aos usuários do SUS.

Ao mesmo tempo em que houve um aumento dos gastos, ocorreu uma mudança no perfil de atendimentos, com a diminuição na quantidade em relação aos anos anteriores, como pode ser observado no gráfico abaixo. Tal fato se deveu à própria dinâmica da pandemia, a qual promoveu o isolamento social e a baixa circulação de pessoas que, quando necessário, buscavam prioritariamente por atendimento nos serviços de assistência à Covid-19. Ocorreu, portanto, um represamento das demandas eletivas, o qual exigirá medidas de ampliação da oferta assistencial a partir do segundo semestre de 2021, momento em que a pandemia se encontra mais controlada e com grande parte da população já vacinada.

QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS



● 2017 ● 2019
● 2018 ● 2020





QUANTIDADE DE EXAMES REALIZADOS NO ANO **1.366.922**

| | ATENDIMENTOS | CIRURGIAS |
|--|----------------|--------------|
| HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO ¹ | 117.261 | 5.341 |
| HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ² | 56.128 | 3.391 |

1 Convênio nº 033/2014. **2** Convênio nº 009/2016.

EDUCAÇÃO

A educação é função pública que possui a maior estrutura e envolve o maior número de profissionais para a sua execução. A rede municipal de Jundiaí atendeu, em 2020, pouco mais de 39 mil alunos distribuídos em 108 escolas e creches e 57 unidades contratadas. São 2.792 professores, agentes de desenvolvimento infantil e demais funcionários como diretores, coordenadores, estagiários e outros. O município conta também com algumas instituições de ensino da administração indireta: a Escola Superior de Educação Física, a Faculdade de Medicina de Jundiaí, a Fundação TVTEC Jundiaí e a Escola de Gestão Pública.

Para manter o funcionamento dessa estrutura e dos serviços, foram direcionados **R\$ 511,7 milhões**, em 2020. Assim, a educação é o segundo maior gasto do município, com 21,6% do total, perdendo apenas para a saúde. Juntas, educação e saúde representaram 47,5% da despesa de Jundiaí no ano. Em comparação com a 2019, a despesa com educação encolheu 6,7%, o que representou uma retração de R\$ 36,8 milhões. Nos anos anteriores, o gasto no ensino estava em expansão, mas, em razão da pandemia, quando foi

necessário suspender as aulas presenciais por algum tempo, houve, naturalmente, uma economia nesta área.

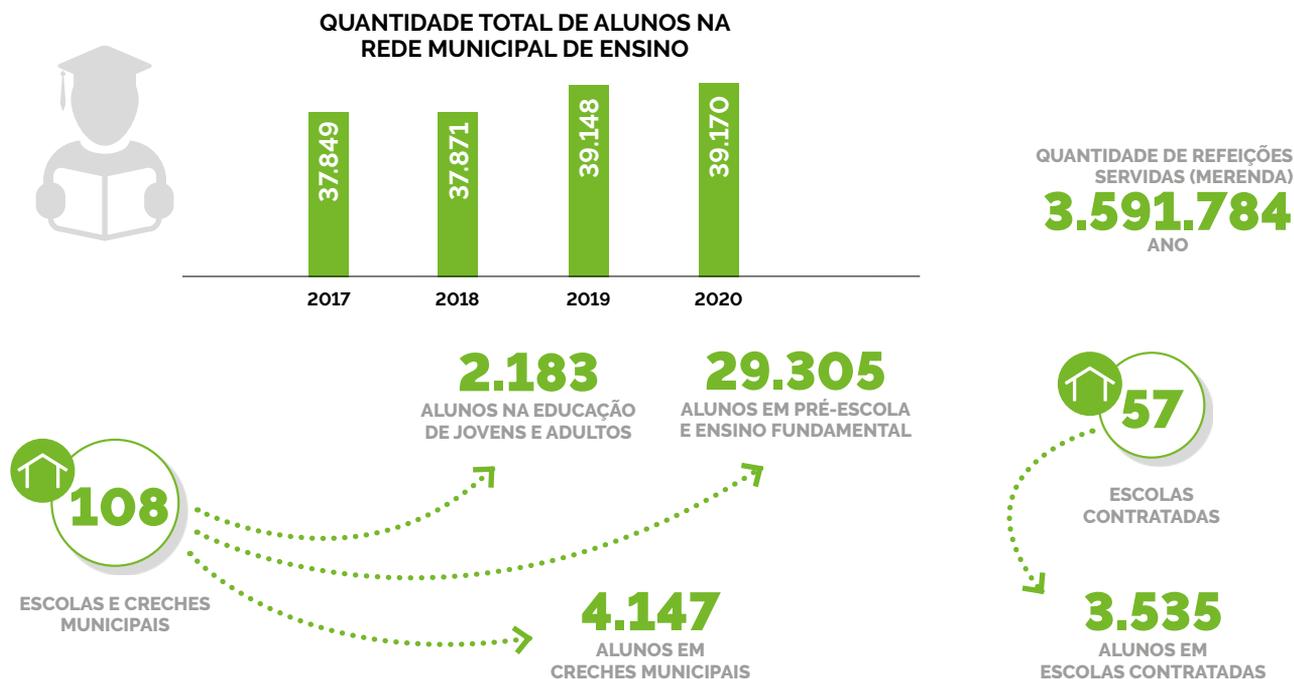
A Constituição Federal, no seu artigo 212, estabelece que 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais que têm origem em impostos devem ser destinados à educação nos municípios. Jundiaí aplicou 26,51% em 2020.



Para minimizar os impactos causados pela pandemia, a Unidade de Gestão de Educação adotou algumas estratégias, como o ensino híbrido e o desemparedamento. No ensino híbrido, o currículo conta com tempos e espaços ampliados, presenciais ou não presenciais, individuais ou em grupos, com o objetivo de aumentar as possibilidades de aprendizagem. No trabalho de desemparedamento, os pátios das escolas, as áreas verdes, os centros esportivos, os espaços livres e os parques e praças dos bairros passaram a ser utilizados para o desenvolvimento de atividades educativas. Foi criada ainda a plataforma on-line "Rotina para a

Quarentena", com sugestões de organização para as famílias, conteúdo educativo para as crianças e atividades para fazer em casa como brincadeiras,

artes e dicas de leituras. Acesse a plataforma em: <https://sites.google.com/educacao.jundiai.sp.gov.br/rotina-para-a-quarentena-/>



NOTA: as informações se referem ao período de 2020 que antecede a pandemia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 2020, a área da assistência social em Jundiaí teve um forte aumento na demanda devido às dificuldades que a pandemia da Covid-19 causou na vida das pessoas mais vulneráveis. Com salto de 61%, foram efetuados 99,4 mil atendimentos, contra 61,9 mil no ano anterior. Para custear o aumento dos serviços prestados, foram alocados R\$ 4,2 milhões adicionais para a assistência social, cuja despesa total, em 2020, foi de **R\$ 51,7 milhões**, valor 8,8% acima do realizado em 2019.

Desde o início da crise sanitária, a Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS) adaptou os atendimentos, realizando-os por telefone e aplicativo de mensagens. Foram contratados, de forma emergencial e temporária,

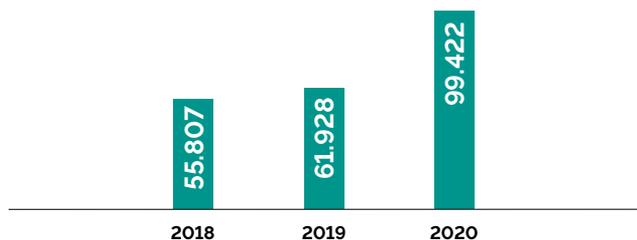
seis auxiliares digitais para conduzir a população no acesso aos auxílios emergenciais e mais oito técnicos (dois psicólogos e seis assistentes sociais) para responderem ao significativo aumento na demanda.

Conforme previsto a partir da instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), além de continuar concedendo o auxílio natalidade, o auxílio funeral e o auxílio vulnerabilidade, a UGADS também passou a gerenciar a concessão de um benefício temporário, o auxílio calamidade, no valor de R\$ 150. Para atender ao aumento da demanda por cestas básicas, a UGADS articulou-se com 16 instituições parceiras e com redes sociais territoriais para identificar as famílias necessitadas

e auxiliar na distribuição de 44.246 cestas básicas e 2.382 cestas verdes, que foram adquiridas ou recebidas como doação.

A plataforma de governo que cuida da assistência social é chamada de Inclusão e Desenvolvimento Social, da qual fazem parte, além da UGADS, a Fundação Municipal de Ação Social (Fumas) e o Fundo Social de Solidariedade de Jundiáí.

QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL



SEGURANÇA

A segurança pública nos municípios brasileiros é uma função dos governos estaduais, conforme prevê a Constituição Federal no seu artigo 144. No entanto, muitas cidades mantêm suas guardas municipais e investem cada vez mais em sistemas de videomonitoramento.

Em 2020, a despesa da Prefeitura de Jundiáí com segurança foi de **R\$ 61,7 milhões**. Esse montante foi destinado à Guarda Municipal (GM), aos núcleos que fazem o planejamento, a gestão e a inteligência da segurança municipal e à Defesa Civil. No total, essas unidades efetuaram 15.476 atendimentos em 2020.

A Unidade de Gestão de Segurança Municipal investiu na substituição do armamento, no projeto

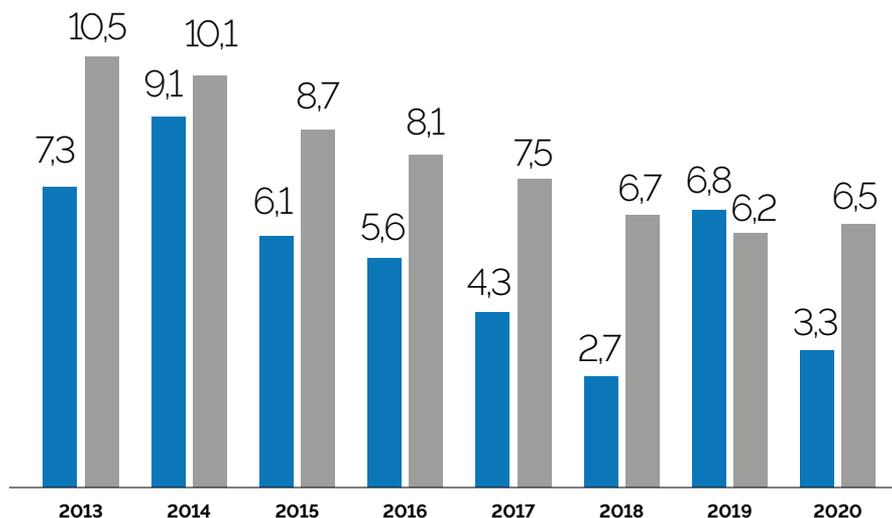
de construção para a nova sede da GM e na ampliação e renovação da frota de veículos, que chegou a 91 unidades em 2020. O efetivo da GM era de 352 servidores no mesmo ano. Além do policiamento comunitário das ruas e da preservação dos próprios públicos, compete à corporação administrar todo o parque de câmeras de videomonitoramento da cidade. São 187 câmeras distribuídas por todo o município fazendo a vigilância 24 horas por dia da cidade.

De acordo com os dados mais atuais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes de Jundiáí foi de 3,3 em 2020, enquanto que a do Estado foi de 6,5. Com esse índice, Jundiáí continua entre as cidades mais seguras do Brasil.

TAXA DE HOMICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES



● JUNDIAÍ
● TOTAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO



CONSERVAÇÃO URBANA

Os investimentos urbanísticos e a conservação da cidade absorveram **R\$ 266,5 milhões** em 2020, valor 15,6% acima do realizado no ano anterior. A conservação urbana e os investimentos na infraestrutura viária representaram 11,2% do total da despesa municipal.

As despesas com os serviços de limpeza urbana costumam ser as mais significativas dentro da conservação urbana. Em 2020, foram utilizados R\$ 98,8 milhões, ou 37% do total da área. A limpeza urbana inclui serviços como a coleta do lixo orgânico e do reciclável, varrição de ruas, limpeza das feiras livres, limpeza das caixas boca de lobo e transporte e destinação final do lixo em aterro sanitário devidamente licenciado

pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Outras atividades importantes são a manutenção de praças, parques e jardins da cidade, coleta de resíduos de saúde e operações de conservação de vias e de tapa-buracos. A aquisição de máquinas e equipamentos e a reforma e manutenção da rede de iluminação pública também são despesas de urbanismo.

Jundiaí conta com 472 praças, nove parques, uma Unidade de Desenvolvimento Ambiental (Unidam), um Jardim Botânico e dois bosques, o do Jardim Copacabana e o Bosque do Bonfiglioli. Destaca-se ainda que 100% dos resíduos da construção civil são reciclados e reaproveitados em obras públicas no município.



PARQUES
E BOSQUES



PRAÇAS



JARDINAGEM
NO ANO



ROÇADA
NO ANO



ACADEMIAS
AO AR LIVRE



PONTOS DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA



COLETA DE LIXO
DOMICILIAR NO ANO



RECICLAGEM
DE RESÍDUO DA
CONSTRUÇÃO CIVIL



LUMINÁRIAS
IMPLANTADAS
NO ANO



TAPA-BURACO
NO ANO

ESPORTE, LAZER E CULTURA

A necessidade do distanciamento social, imposta pela pandemia da Covid como um dos meios de controlá-la, afetou significativamente a execução das atividades esportivas, de lazer e culturais. Em relação à cultura, foi possível adaptar a forma de levá-la até o público e manter diversas das ações que passaram a acontecer em ambiente on-line.

Criou-se o programa *Quarentena de Histórias*, que contou 111 histórias infantis e foi visualizado 30.091 vezes em 2020. Foi realizada uma série de 512 eventos em vídeos ou *lives* tais como *Ó lá de Casa*, *Consciência Negra 2020*, *Especial de Natal*, *Mês do Patrimônio*, *Encontro de Corais*, *Enredança e Oficinas Culturais*, que tiveram um total de 38.977 visualizações. Ocorreram ainda 380 apresentações dos corpos artísticos também em meio virtual, gerando 70.319 visualizações.

Dessa forma, Jundiaí conseguiu continuar a sua tradição de gerar estímulos para a cultura e o lazer locais num ano com muitos desafios. Foram

aplicados **R\$ 55,1 milhões** nessas áreas, valor 6,2% abaixo do realizado em 2019. A redução se deu, em grande parte, pelo fato de eventos on-line serem menos custosos que os ao vivo. Esporte, lazer e cultura representaram 2,3% da despesa total do município em 2020.

Destaca-se que, além de Jundiaí manter 20 Complexos Educacionais, Culturais e Esportivos (CECEs), 16 campos de futebol e 10 ginásios poliesportivos, ainda provê quatro corpos artísticos: a Cia. de Teatro, a Cia. de Dança, o Coral Municipal e a Orquestra Municipal.

A cidade conta também com a Pinacoteca, o Museu e Jardim Solar do Barão e o Teatro Polytheama. Este último, enquanto esteve fechado por conta da pandemia, recebeu melhorias que totalizaram R\$ 1,4 milhão em investimentos na instalação do ar-condicionado, aplicação de verniz antichamas, pintura interna geral, requalificação da cabine técnica com troca de isolamento acústico e troca do mobiliário dos camarins.



GINÁSIOS
POLIESPORTIVOS



CAMPOS DE
FUTEBOL



COMPLEXOS EDUCACIONAIS,
CULTURAIS E ESPORTIVOS - CECEs



5.931

PÚBLICO DO MUSEU
E JARDIM SOLAR
DO BARÃO NO ANO

APROXIMADAMENTE

8.000

ATENDIMENTOS
NO ANO (5 A 93 ANOS)

Para dar uma sustentação às pessoas que trabalham com cultura, aos eventos e espaços culturais durante a crise pandêmica de 2020, Jundiá recebeu R\$ 2,6 milhões do Governo Federal

relativos à Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), criada pelo Congresso Nacional. Esse recurso foi repassado para os beneficiários conforme mostra o infográfico a seguir.

BENEFICIÁRIOS DA LEI ALDIR BLANC



PREMIAÇÕES
CULTURAIS



ESPAÇOS E
TERRITÓRIOS
CULTURAIS



PROPOSTAS ARTÍSTICAS
E CULTURAIS VIRTUAIS
E INÉDITAS



MESTRES E
MESTRAS
DA CULTURA
POPULAR



OBRAS E BENS
ARTÍSTICOS
ADQUIRIDOS



TRABALHADORES
DA CULTURA
BENEFICIADOS
DIRETAMENTE

CÂMARA MUNICIPAL

As Câmaras Municipais são mantidas com recursos transferidos pelas prefeituras. Em 2020, a Câmara de Jundiá utilizou **R\$ 28,4 milhões** para

o exercício da atividade parlamentar, valor 10,4% abaixo do registrado em 2019. Ao todo, o município conta com 19 vereadores.

INVESTIMENTOS

A realização de obras públicas, reformas e ampliações, compra de equipamentos, veículos, instalações, materiais permanentes e imóveis e até aquisição de softwares são consideradas despesas de investimento. Portanto, em todas as áreas da administração pública como saúde, administração, educação, segurança, etc, são realizados gastos de investimentos que não devem ser confundidos com os desembolsos para o

funcionamento regular dos serviços públicos, as chamadas despesas correntes.

Os investimentos, por não serem um dispêndio do dia a dia, costumam ser irregulares, ou seja, eles podem variar bastante ao longo dos anos e mesmo dentro do período do mandato de um prefeito, dependendo de diversos fatores, como a conjuntura econômica, a capacidade financeira

do município e a habilidade da gestão em elaborar projetos e obter financiamentos.

Em 2020, os investimentos em Jundiá chegaram a **R\$ 165,3 milhões**, montante 20,9% acima do valor de 2019, o que coloca Jundiá com o 15º maior volume nesse indicador entre as cidades

paulistas. Os maiores investimentos no ano foram direcionados para obras de infraestrutura, projetos voltados à melhoria da eficiência, da qualidade e da transparência da gestão pública, pavimentação, drenagem de águas pluviais e aquisição de veículos e equipamentos.

PESSOAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu artigo 20, estabelece que a despesa líquida de pessoal do Poder Executivo dos municípios não deve ultrapassar 54% da sua Receita Corrente Líquida (RCL), sob pena de os governos sofrerem sanções como deixar de receber transferências voluntárias da União e não obter garantias de outro ente para a contratação de operações de crédito. Em 2020, o gasto com pessoal foi de **R\$ 919,2 milhões**, correspondendo a 44,8% da RCL, o que mantém o município dentro dos limites da LRF.

Em relação ao ano anterior, a despesa com o funcionalismo público teve uma expansão nominal de 3,1%, o que representou R\$ 27,5 milhões a mais, mesmo tendo reduzido o número total de servidores de 7.747 para 7.521. Isso ocorre devido ao crescimento vegetativo da folha de pagamento, que é aquele relacionado às progressões dos salários conforme os planos de carreira do servidor público, além das gratificações por tempo de serviço.

A maior categoria dos servidores municipais é a dos professores que, juntos com os agentes de desenvolvimento infantil, somam 2.792, ou 37% do total de funcionários da administração. Veja no quadro abaixo as maiores categorias de servidores em Jundiá.



INDICADOR DO GASTO COM PESSOAL CONFORME A LRF



7.706

TOTAL DE PROFISSIONAIS

2.065

PROFESSORES

787

AGENTES DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

651

AGENTES DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

781

ASSISTENTES DE ADMINISTRAÇÃO

447

COZINHEIROS

309

GUARDAS MUNICIPAIS

276

MÉDICOS

204

TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

178

MOTORISTAS DE VEÍCULOS PESADOS E LEVES

325

COMISSIONADOS

175

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

1.508

DEMAIS OCUPAÇÕES

DÍVIDA CONSOLIDADA

Em 2020, o pagamento de juros e amortizações da dívida de Jundiá caiu 13,6% comparado a 2019, tendo alcançado **R\$ 41,4 milhões**. Essa redução ocorreu em razão da suspensão, a partir de junho, do pagamento das prestações relativas às operações de crédito, conforme permitia a Lei Complementar nº 173/2020.

Os juros e amortizações se referem ao pagamento de uma dívida consolidada que fechou o ano de 2020 em R\$ 553,6 milhões. A maior parte dela, 48%, tem origem nas renegociações dos débitos previdenciários em 1996, 2017, 2018 e 2020. Outros 14% derivam de um empréstimo do Instituto de Previdência do Município de Jundiá (Iprejun) assumido em 1996. O restante, 38%, é relativo

a financiamentos tomados desde 2007, destinados a investimentos na infraestrutura como saneamento, pavimentação, obras viárias, reformas e construções e compras de equipamentos, com destaque para o projeto Finisa II e III, assumido em junho de 2019, cujo saldo devedor era de R\$ 137,7 milhões no final de 2020.

Existe um limite legal também para o montante da dívida consolidada líquida dos municípios, que não pode ultrapassar 120% da Receita Corrente Líquida, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 40/200. Nesse quesito, o indicador de Jundiá foi de 7,63% em 2020.



FINANCIAMENTOS INTERNOS

| Tipo de financiamento | Data inicial | Saldo em 31 de dez 2020 em R\$ milhões | Participação no total |
|-------------------------------|--------------|--|-----------------------|
| Empréstimo Iprejun | nov/1996 | 78,9 | 14,2% |
| Saneamento para Todos - Caixa | jun/2007 | 16,5 | 3,0% |
| PMAT 3 - BNDES | set/2016 | 25,1 | 4,5% |
| Pró-transporte 2 - Caixa | dez/2016 | 7,5 | 1,4% |
| Via SP - Desenvolve SP | jun/2018 | 12,9 | 2,3% |
| Finasa I - Caixa | dez/2018 | 11,2 | 2,0% |
| Finasa II e III - Caixa | jun/2019 | 137,7 | 24,9% |
| Subtotal | | 289,8 | 52,3% |

PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

| Tipo de financiamento | Data inicial | Saldo em 31 de dez 2020 em R\$ milhões | |
|--|--------------|--|---------------|
| Iprejun - Lei nº 5.573/2000 | nov/1996 | 36,8 | 6,6% |
| Receita Federal - Lei nº 8.894/2017 | dez/2017 | 0,9 | 0,2% |
| Iprejun - Lei nº 8.893/2017 (Acordo 107 e 108) | jan/2018 | 150,2 | 27,1% |
| Iprejun - Lei nº 9.459/2020 (Acordo 536) | nov/2020 | 75,9 | 13,7% |
| Subtotal | | 263,8 | 47,7% |
| Total da dívida consolidada | | 553,6 | 100,0% |

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), 6º bimestre de 2020, Anexo 16, disponível no Portal da Transparência/Financeiro/Orçamentos e Contas/Divida Consolidada: <https://transparencia.jundiá.sp.gov.br/financeiro/orcamentos-e-contas/divida-consolidada/#barra-superior>

JUNDIAÍ

ECONOMIA FORTE E QUALIDADE DE VIDA

Jundiaí é a **7ª maior economia** do Estado de São Paulo, com PIB de R\$ 43,6 bilhões, em 2018. Seu PIB per capita é de R\$ 105.187,65, o dobro da média estadual, de R\$ 48.542,24.¹

Em 2019, havia **10.298 estabelecimentos** comerciais, industriais e de serviços localizados no município, que abrigavam 171.931 vagas de trabalho, fazendo de Jundiaí o **11º maior gerador de empregos do Estado**.²

Em 2021, Jundiaí possuía **426.935 habitantes**, sendo o **15º município mais populoso** do Estado.³

A frota de **337 mil veículos** faz com que a quota-parte municipal no IPVA de Jundiaí ocupe o **10º lugar no ranking estadual**, com arrecadação de **R\$ 123,9 milhões** em 2020.

Com **saneamento universalizado** (99,07% da população atendida com rede de água e 98,23% com rede de esgoto, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento/Snis), o município é destaque na **segurança hídrica**, no **tratamento de esgoto** – que contribuiu para a despoluição do rio Jundiaí – e na **proteção dos mananciais de abastecimento**.⁴ A coleta de lixo, por sua vez, cobre 99,9% da população.⁵

Jundiaí passou a integrar o ranking *Connected Smart Cities & Mobility* de 2019 como **uma das dez cidades mais inteligentes** e conectadas do país.

Em 2020, Jundiaí **conquistou a nota brAA estável no rating da Austin Rating** e a manteve em 2021, o que atesta a sua forte capacidade para honrar seus compromissos fiscais e financeiros de acordo com a agência de classificação de risco.

Os investimentos realizados pelo município somaram **R\$ 165,3 milhões** em 2020, o 14º maior entre as cidades paulistas.

As Taxas de Mortalidade Infantil em Jundiaí em 2018 e 2019, de **7,23** e **7,32** mortes em cada mil nascidos vivos, respectivamente, foram as menores desde 1996.

Jundiaí ficou em **1º lugar entre as maiores cidades paulistas** na 1ª edição do Índice de Retorno do Tributo Municipal (IRTM) realizado pela consultoria Assertif em 2021, cujo objetivo é mensurar a qualidade de vida dos cidadãos em relação aos tributos pagos. O ranking, que inclui as 100 maiores cidades do país, confere notas de 0 a 100. Jundiaí, com 71, ficou **à frente de todas as capitais brasileiras**.

¹ PIB de 2018 a preços correntes divulgados pelo IBGE.

² Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego – Rais.

³ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

⁴ <https://dae.jundiai.com.br/a-empresa/referencia-em-saneamento/>

⁵ Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

JUNDIAÍ EMPREENDEDORA

PORTAL DOS NEGÓCIOS

Visando a fortalecer a economia local, a administração municipal de Jundiaí uniu os seus esforços com os de membros de entidades representativas da indústria, do comércio e dos serviços para criar o Portal Jundiaí Empreendedora. O portal conta com quatro grandes áreas, além da seção que contém os indicadores de empregabilidade no município.

A área de Meu Comércio é destinada aos comerciantes da cidade e aos consumidores. Aqui o comerciante divulga o seu negócio, oferece vagas de emprego, recebe cursos para aprimorar suas vendas e dicas para tornar-se fornecedor da Prefeitura. O consumidor, por sua vez, conta com um Guia de Comércio e Serviços.



Na seção da Empregabilidade, as empresas divulgam suas vagas e os interessados contam com um local online onde podem procurar pelas ofertas de trabalho, além de se cadastrarem a fim de serem localizados pelas empresas. Os candidatos ainda recebem dicas para fazerem seus currículos e prepararem-se para entrevistas. Caso o cidadão precise do Seguro Desemprego, aqui ele encontrará todas as orientações.



Focando os empreendedores, há uma série de orientações para tornar-se um MEI (microempreendedor individual), para obter crédito pelo Banco do Povo destinado a abrir ou ampliar o seu negócio, para acessar os diversos cursos a distância do Sebrae e até para tornar-se um exportador. Entre na área de Apoio ao Empreendedor.



Para os investidores que buscam conhecer melhor o Município de Jundiaí, todas as informações necessárias e muito bem organizadas estão na área Investa em Jundiaí. É só entrar!



<https://negocios.jundiai.sp.gov.br/>

